

A INTEGRAÇÃO VERTICAL NA AGROPECUÁRIA BRASILEIRA

Paulo César Ilha¹

Daliane Rahmeier²

Edison Luiz Leismann³

RESUMO: A agropecuária brasileira, durante todo o seu processo de desenvolvimento histórico, sempre esteve ligada a algum tipo de interesse extra-atividade. Suas ligações externas a vincularam com o interesse da metrópole, do Estado ou da indústria. O artigo foi realizado com o objetivo de tecer uma perspectiva futura de intensa integração vertical como modelo de modernização do setor. Utilizou-se para o estudo uma pesquisa bibliográfica, com diversos autores de ideologias diferentes e, por vezes, contraditórias. Os resultados, apontados na análise de diversos cenários históricos nacionais, indicam a veracidade das premissas às quais foram submetidas e o objetivo plenamente confirmado com o advento da agroindústria

PALAVRAS – CHAVE: Agropecuária brasileira; Cenários históricos; Integração vertical.

VERTICAL INTEGRATION IN BRAZILIAN AGRICULTURE

ABSTRACT: The Brazilian agriculture throughout its historical development process, has always been linked to some kind of extra-activity interest. Its external connections linked with the interests of the city, the state or the industry. The article was carried out in order to weave a future perspective of intense vertical integration and modernization of the sector model. We used to study a literature search, with several authors of different ideologies and sometimes contradictory. The results presented in the analysis of various national historical scenarios indicate the truth of the premises which were submitted and fully confirmed the aim of the advent of agribusiness.

KEYWORDS: Brazilian Agricultural; Historical scenarios; Vertical integration.

1 INTRODUÇÃO

A agropecuária tem sido referência nos manuais de economia como exemplo do setor de mercado de concorrência perfeita, com argumentos de que existe um grande número de pequenos vendedores e compradores, de que o produto transacionado é homogêneo, que há livre entrada e saída de empresas no mercado, perfeita transparência e conhecimento pelos compradores e vendedores, de tudo que ocorre no mercado e, por fim, perfeita mobilidade dos recursos produtivos. Mas fica uma pergunta. Por que muitas das relações comerciais são executadas via contratos? Não seria, neste caso, o livre mercado a melhor forma de relações de troca?

O entendimento é que o modo de produção da agropecuária e da transferência de matéria-prima é parte essencial para o sucesso de toda a cadeia agroindustrial. É, por isso, que

se tem engendrado esforços consideráveis no sentido de aumentar a produtividade com redução de custos, sendo que esses esforços podem ter transformado decisivamente as relações produtivas na atividade agropecuária (BATALHA e SILVA, 2012).

Importante, também, a ser considerado, é às mudanças que ocorreram nos ambientes: político-legal, econômico, demográfico e tecnológico ao longo do tempo e as formas como as pessoas evoluíram e interagiram ou seja, o ambiente sociocultural que moldou as tendências para os demais ambientes, e fizeram com que o consumidor se tornasse o elo final mais importante, que direciona toda a dinâmica evolutiva do processo de produção. E é esse processo evolutivo da sociedade como um todo que vem a exigir produtos alimentares com maior especificidade (NEVES e CONEJERO, 2007).

Conciliar uma demanda relativamente estável com uma oferta que flutua sazonal e aleatoriamente é outro desafio para eficiência do modelo agroindustrial, adotado atualmente no país e, a própria sobrevivência dos agentes que a compõem. Neste sentido, o objetivo deste estudo é tecer uma perspectiva futura da agropecuária brasileira, com base em um retrospecto histórico, capaz de indicar uma trajetória de indícios de que esse setor econômico venha a adotar intensivamente a Integração Vertical como o modelo de modernização da atividade.

O conceito aqui posto para integração vertical vem do entendimento, apresentado por Zylbersztajn (2000), e de Farina (1997), que afirmam que nas relações contratuais, a análise de eficiência de uma organização qualquer vem dos incentivos ótimos e dos custos de transação e que as organizações são formatadas, buscando o alinhamento entre as características das transações, dos agentes, regidos por um ambiente institucional.

Para Zylbersztajn (2005), as firmas buscam eficiência ao considerarem as especificidades dos ativos e as incertezas do ambiente institucional. A tomada de decisão quanto a se estruturarem nos moldes de integração vertical ocorre quando, em uma possível ruptura de contratos, os custos seriam muito elevados. Nesse caso, a maior eficiência é conduzir o processo de produção internamente na firma, onde consegue ter maior controle, melhor monitoramento através de uma estrutura organizacional hierarquicamente estabelecida e rígida.

Para Guimarães (1978), a integração de um setor econômico a outro, nada mais é que a busca de centralização de capitais, tendo como premissa a rentabilidade econômica. A integração, para o mesmo autor, pode ser de forma verticalizada ou horizontalizada. Na verticalizada, a centralização de capitais ocorre com a reunião de setores econômicos

hierarquicamente interligados. No caso da integração horizontal, reúnem-se setores ou unidades econômicas do mesmo setor ou ramo de atividade.

Esta abordagem tem como premissa demonstrar que a integração vertical sempre esteve presente no cenário histórico brasileiro e se apresenta como o modelo provável de modernização que a agroindústria brasileira futura encontrará para o aumento da competitividade, através de evolução tecnológica que propicie maiores ganhos de escala, redução de custos, manutenção e apropriação dos excedentes de capital, da eliminação da mão-de-obra no campo e do atendimento das especificidades dos consumidores finais.

Buscar elementos da evolução no processo de agroindustrialização brasileira, é que assentará esta pesquisa bibliográfica, com um ferramental metodológico exploratório que permita uma compreensão de indícios de trajetórias que possam levar a confirmar ou rejeitar a suposição do estudo.

Especificamente, além dessa introdução, contextualizam-se os vários cenários históricos da agropecuária brasileira em uma análise temporal, como se segue: o período do Brasil Colônia de 1500 a 1822 (seção 2); o período do Brasil Império de 1822 até 1889 (seção 3); o período do Brasil República de 1889 a 1930 (seção 4); o Estado Novo de Vargas de 1930 a 1954 (seção 5); o período da Ditadura Militar de 1964 a 1985 (seção 6) e, finalmente, a Nova República de 1985 até hoje (seção 7). Por fim, encerra-se o presente estudo com as considerações finais (seção 8).

Cabe ressaltar que este estudo não tem cunho historicista, porém pretende-se capitular elementos da agropecuária brasileira, através da evolução das características sistemáticas que levem a atribuir uma afirmativa de que a agropecuária brasileira se apresenta no modelo de integração vertical.

2 A AGRICULTURA DO BRASIL COLÔNIA (1500 a 1822)

A fase de implantação da colônia portuguesa caracterizou-se, pela exploração econômica do minério e do extrativismo em geral, também, basicamente, pela monocultura da cana-de-açúcar. Esta atividade deu-se pelo uso de grandes extensões de terras, trabalhada com mão-de-obra escrava, em larga escala de produção.

Esse tipo de exploração agrícola não aconteceu de uma simples escolha, das alternativas decididas entre outras que se apresentavam à colônia, e, sim, de todo um jogo de

interesse que o determinaram. Prado Júnior, (1996), afirma veemente que a colonização portuguesa na nova colônia – Brasil foi estritamente levado pelas circunstâncias em que se processou e sofreu as contingências das condições internas de geopolíticas e território, mas principalmente pelas imposições externas feitas pela Europa.

Com o advento da revolução industrial na Europa, essa tinha necessidade de maior quantidade de alimentos para suprir seus numerosos trabalhadores urbanos das indústrias com alimentos baratos. Esses suprimentos, por sua vez, só poderiam ser produzidos nestas condições, nas novas colônias, conquistadas fora do continente (GUIMARÃES, 1978).

Para atender as características citadas, a produção da colônia teria que ser nos moldes de grande lavoura, monocultura, com mão-de-obra escrava, voltada totalmente para o mercado externo e mais precisamente, a atividade teria que ser realizada no modelo de integração vertical.

A grande fazenda açucareira desenvolvia todo o processo de produção, da matéria-prima ao produto industrializado, acabado, pronto para exportação. É isso que constituiu a agricultura que se pode chamar indubitavelmente de agroindústria canavieira colonial, que norteou toda a economia da colônia portuguesa - Brasil.

3 O PERÍODO DO BRASIL IMPÉRIO (1822 a 1889)

Mesmo com a chegada da família real ao Brasil e da abertura dos portos às nações amigas, com um sistema de governo mais autônomo, com menor interferência do Império Português, as decisões econômicas e sociais não mudaram muito. Foi reforçada ainda mais a condição de economia primário-exportadora-escravagista (SZMRECSÁNYI, 1997).

Para o mesmo autor, esboçava-se um período de transição somente no final do século XIX, com a abolição da escravatura e com a exploração de uma nova cultura para exportação que foi a cafeicultura.

Mesmo com a abolição da escravatura, o sistema latifundiário brasileiro manteve-se através de compensação de fartos créditos e novos favores. Entre esses, as facilidades para a importação de mão-de-obra substitutiva, buscada nas regiões mais pobres do globo e capaz de sujeitar-se ao regime de trabalho quase tão opressivo quanto havia sido a escravidão (GUIMARÃES, 1978).

Por isso, com a continuidade de farta oferta de mão-de-obra barata, tanto na lavoura do café quanto na do açúcar, o que se cuidava e modernizar, antes de tudo, eram as técnicas de processamento e não as técnicas agrícolas.

Buscando melhorar a eficiência do sistema, tanto do processamento como o das técnicas agrícolas, por iniciativa do Estado, e de acordo com Guimarães (1978), para separar a produção da matéria-prima da industrialização, na década de 1870 criaram-se os engenhos centrais, onde o cultivo da cana ficaria a cargo dos agricultores e a fabricação do açúcar caberia aos industriais. Quinze anos depois, os resultados não foram alcançados.

O café de máquina e o açúcar centrifugado representariam passos significativos na comercialização internacional dos dois produtos decisivos na pauta de exportação brasileira. O processo industrial de produção de matéria-prima em conjunto com o processamento garantia por longo tempo, a integridade do sistema latifundiário.

Porém, essa busca pela agroindustrialização dava, depois dos anos 1870, os primeiros grandes passos no sentido de se reforçarem a integração vertical da grande lavoura ou seja, no sentido da gestão do que se chamaria mais tarde de o Complexo Agroindustrial.

Na virada do século XIX, a situação da agropecuária agrava-se. A infraestrutura material necessária ao funcionamento do sistema latifundiário-exportador já estava praticamente completo: as redes portuárias e ferrovias atingiam as proporções, ainda que modestas exigidas pelos seus interesses. A monocultura, fenômeno típico do sistema, acentuava-se cada vez mais e os efeitos da escassez e da carestia dos gêneros alimentícios chegavam ao auge. Importava-se feijão, milho, arroz, charque, banha, manteiga, queijo, leite condensado (BARROS DE CASTRO, 1969; GUIMARÃES, 1978).

4 O PERÍODO DO BRASIL REPÚBLICA (1889 a 1930)

No final do século XIX e início do século XX, com o aumento da produção agrícola, gerando a chamada crise da superprodução – oferta maior do que a demanda, houve muitos apelos dos latifundiários e prontamente atendidos pelo Estado para que se reduzissem os impostos de forma generalizada, salvando-se a grande lavoura dos penares do endividamento. Quanto aos melhoramentos nos processos de cultivo, difícil e lentamente iriam ser aplicados nos canaviais e cafezais da maior parte do país (PRADO JUNIOR, 1996).

Ainda segundo Prado Júnior (1996), no Sul do Brasil, longe do domínio dos latifúndios, surge uma nova categoria de produtores, como propriedades rurais de menor tamanho, em bases comunitárias, de origens açorianas, alemãs ou italianas que passam a produzir gêneros alimentícios para o mercado interno, devido à forte demanda resultante da expansão industrial. Essas experiências, com bases comunitárias, é que fazem surgir os sindicatos de agricultores e as cooperativas agrícolas, e a criação do Ministério da Agricultura.

A novidade de intervenção de gestão pública, agora republicana, foi de adotar uma nova postura em relação a problemas de ofertas de produtos agrícolas para o mercado interno e para a exportação. Trata-se de políticas limitadoras do crescimento expansivo das plantações e a organização de estoques reguladores. Com esses procedimentos, a agricultura passa a contar com a dependência da proteção do Estado (GUIMARÃES, 1978).

Com o aumento demográfico, contribuído em muito pelas imigrações de europeus, deu-se a expansão da fronteira agrícola, começando pelo Estado de São Paulo, o que fez com que junto com a cafeicultura, fosse ampliada toda uma série de outras atividades agropecuárias, surgindo, então, com destaque à cultura do algodão, primeiro destinado ao mercado externo e, posteriormente, ajudando a promover o setor industrial-urbano da indústria têxtil nacional (SZMRECSÁNYI, 1997).

5 O ESTADO NOVO DE VARGAS (1930 a 1954)

Este período foi fortemente impactado por dois eventos de cunho internacional que atingiram fortemente a agropecuária brasileira, a crise de 1929 e a segunda guerra mundial de 1945.

Instala-se a crise da cafeicultura diminuindo consideravelmente a participação dessa cultura na economia brasileira. Conseqüentemente, conforme Bacha (2004), a cafeicultura deixa de assegurar as suas funções básicas no processo de desenvolvimento econômico do país. Em outras palavras, a cafeicultura deixa de ser fonte de capitais, geradora de divisas, formadora de mercado consumidor para produtos não agrícolas e, fornecedora de mão-de-obra para a diversificação da economia.

Com a instalação da crise, o país passa a estruturar em um novo processo de industrialização. Esse, por sua vez, não se baseia, como anteriormente, em produtos agrícolas, como a siderurgia, a indústria de cimento, de pneus, e a indústria química.

No período do pós-guerra, intensifica-se o processo de industrialização, baseado nas ideias Cepalinas de substituição das importações, baseadas, principalmente, em políticas cambiais de valorização da moeda nacional que veio a prejudicar o setor exportador agropecuário (BACHA, 2004).

As políticas voltadas ao setor agropecuário de 1946 a 1964 foram basicamente a ampliação da malha ferroviária, permitindo a expansão da fronteira agrícola e a criação por parte de governos estaduais, das associações de crédito, assistência técnica e das companhias agropecuárias, visando a venda de insumos e equipamentos agropecuários, permitindo que o setor se tornasse um mercado para os produtos industriais na chamada, Revolução Verde (SZMRECSÁNYI, 1997).

6 O PERÍODO DA DITADURA MILITAR (1964 a 1985)

A revisão das questões da agropecuária brasileira, no período da ditadura militar, concentra-se nas formulações mais recentes que consideram as políticas de modernização subsidiadas pelo Estado e o crescimento da agroindústria como determinantes básicos de mudança nas estruturas sociais agrárias nos anos de 1970.

A incorporação de novas áreas de terras para a produção agrícola foi feita de maneira não capitalista, permitindo, dessa forma que a agricultura brasileira respondesse adequadamente às exigências de um rápido crescimento industrial, liberando bens e fluxos de recursos financeiros sem gerar nenhum movimento prejudicial significativo nas condições dos latifúndios existentes de troca desfavorável à indústria. Isto favoreceu a formação de capital urbano, consolidando o Pacto Estrutural entre a burguesia urbana e as classes rurais proprietárias de terra, afirma Goodman; Sorj e Wilkinson (1985).

Após o golpe de 1964, o Estado, buscando promover a modernização da agricultura, manteve o incentivo ao desenvolvimento tecnológico e ao aumento da produtividade dentro do propósito de não desconcentrar a propriedade da terra, uma vez que seu objetivo foi transformar o latifúndio, símbolo da agropecuária colonial, em uma grande e moderna empresa agrícola exportadora.

O processo de modernização não se restringia à utilização de insumos industriais na produção. Nessa fase, ocorre a reunificação agropecuária ou seja, a indústria em um patamar mais elevado do que de o simples consumo de bens industriais. É o momento em que a grande indústria passa a integrar, no sentido de comandar a direção, as formas e o ritmo da mudança na base técnica, culminando no termino da fase espontânea da industrialização agropecuária. (PAIVA, 1976; KAGEYAMA, 2008; GUIMARÃES, 1978).

A integração da agropecuária com a indústria é favorecida pela atratividade, não só para assegurar a obtenção de meios de produção mais eficientes, necessários ao incremento de sua produtividade, como também para garantir o escoamento dos seus produtos em um mercado cada vez mais controlado pelas grandes empresas industriais e/ou comerciais (GUIMARÃES, 1978).

Neste sentido, os governos militares fizeram suscitar as cooperativas de produtores rurais, em uma clara determinação de movimento socioeconômico concebido de cima para baixo, muitas vezes sem a anuência e quase sempre com pouco ou nenhum conhecimento ou cultura cooperativista do produtor rural. Principalmente, esses fatores, citados, geraram muitas crises que levaram a uma série de reflexões de manter uma rentabilidade na economia capitalista. Além disso, ocorreu, também, uma crise ideológica por causa da tendência de prevalecerem os valores capitalistas sobre os valores da cooperação (BIALOSKORSKI NETO, 2008; ILHA, 2005).

O desenvolvimento agroindustrial procurou eliminar a produção rural tradicional, que empregava milhares de trabalhadores. Por sua vez, as empresas que empregavam mão-de-obra familiar demonstraram secularmente uma flexibilidade maior do que as grandes propriedades face à apropriação industrial. No entanto, e mais particularmente no caso brasileiro de Modernização Conservadora , a intervenção do Estado estava sendo plenamente alcançada, quando criou-se condições favoráveis para uma integração das propriedades rurais com a agroindústria (GOODMAN; SORJ e WILKINSON, 1985).

De 1964 a 1985, acelerou-se o processo de modernização da agropecuária brasileira que foi impulsionada por diversas políticas, direcionadas a estimular o crescimento do setor, entre elas a política de expansão da malha rodoviária, políticas específicas de crédito rural, preços mínimos, pesquisa e extensão rural (KAGEYAMA, 1990).

A política de expansão do sistema rodoviário brasileiro, com a construção de novas estradas e a pavimentação de outras já existentes, tinha como objetivo acessar novas regiões,

como o Centro-Oeste e o Norte. Essas duas regiões, em especial o Centro-Oeste, constituíram a nova fronteira agrícola, a partir dos anos 1970 e assumiria mais tarde a posição de principal produtora de grãos para abastecer o Brasil e outros países (FAVARETO, 2009).

A política de crédito rural, implantada pelo Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), instituído a partir de 1965, ofereceu volumes crescentes de empréstimos, durante a década de 1970, com taxas de juros reais negativas. Para Bacha (2012), isso implicava em transferência de recursos de outros setores da economia para a agropecuária.

Com a política de crédito rural, subsidiado, foi possível expandir e modernizar a agropecuária. Isso porque o recebimento desse crédito implicava na compra de insumos modernos (fertilizantes e defensivos) ou de equipamentos (tratores, colheitadeiras, arados). Desse modo, a agropecuária, ao se modernizar, também estimulou a produção nacional de equipamentos e insumos agropecuários (KAGEYAMA, 1990).

Na primeira metade da década de 1970, foram criadas a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e a Empresa Brasileira de Assistência e Extensão Rural (Embrater), que eram órgãos federais, responsáveis por coordenar as atividades de pesquisa e extensão rural, respectivamente. Os resultados, obtidos por pesquisas da Embrapa, foram essenciais para viabilizar a expansão da agropecuária, ocorrida no Cerrado brasileiro. O aumento da mecanização e do uso de fertilizantes, associado com os resultados de pesquisas agropecuárias, implicou no grande crescimento da produtividade das lavouras e, conseqüentemente, no aumento da produção de alimentos no Brasil (PEREIRA et al., 2012).

Outro elemento que fomentou a produção de alimentos no país foi a Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), com forte atuação entre 1975 e 1979. Foram criados estímulos creditícios e fiscais para incrementar as exportações de produtos in natura e agroindustrializados.

Além disso, criaram-se incentivos fiscais sob a forma de crédito-prêmio de Imposto de Produtos Industrializados (IPI) e Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM). Esses créditos-prêmio ajudavam os exportadores na isenção do pagamento de IPI e ICM nas exportações e o abatimento do volume devido desses impostos nas vendas internas (BACHA, 2012).

7 A NOVA REPÚBLICA (1985 até hoje)

A partir de 1986, as políticas macroeconômicas, notadamente as políticas agropecuárias, promoveram estímulos para o aumento da produção de alimentos, contribuindo para a segurança alimentar e o processo de desenvolvimento socioeconômico do Brasil. Contudo, a partir de 1987, em função do ambiente macroeconômico, foram adotadas medidas contracionistas que implicaram, entre outros aspectos, para uma significativa redução de estímulos para a atividade agropecuária. A redução do volume de crédito levou os produtores rurais a utilizarem recursos próprios ou de terceiros, além de outras formas de comercialização (GASQUES et al., 2010).

Com efeito, a crise fiscal, das décadas de 1980 e 1990, também levou à redução significativa dos gastos públicos com atividades que suportavam ou subsidiavam a atividade agropecuária, como, por exemplo, a redução dos serviços de extensão rural e na escassez de recursos para a pesquisa agropecuária. Essa falta de recursos orçamentários levou, também, à redução da efetividade da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) via sistemas de Aquisição do Governo Federal (AGF) e Empréstimo do Governo Federal (EGF) (JANK et al., 2005; BACHA, 2012).

Uma das alternativas para a crise fiscal, dos anos 1990, foi a desregulamentação da economia brasileira, iniciada no Governo Collor, que consistiu em privatizações de empresas estatais, abertura comercial e extinção de alguns órgãos governamentais importantes, relacionados à pesquisa e extensão rural.

O período inflacionário que vigorou no país, de 1987 a 1994 e as crises do balanço de pagamentos até, o final da década de 1990, levaram à adoção de diferentes regimes cambiais, que prejudicaram o desempenho da agropecuária brasileira, reduzindo sua receita. Há de se considerar que, nesse mesmo período, a economia passou por diferentes planos de estabilização econômica, o que provocou a redução do poder aquisitivo da população, restringindo o acesso aos produtos alimentares.

Com a criação do Plano Real (1994), passou a vigorar um sistema de câmbio flexível. Entre 1995 e 1998, houve o sistema de minibandas cambiais, implicando em grande valorização da moeda nacional, desfavorecendo as exportações. As crises financeiras e a falta de reserva do Banco Central restringiram a intervenção desse órgão no mercado de divisas, provocando a desvalorização do Real, favorecendo as exportações. Entre 2003 e 2008,

ocorreu uma persistente valorização do Real. A estabilidade monetária da economia brasileira atraiu capital estrangeiro e, por outro lado, prejudicou as exportações (BACHA, 2012).

Em suma, pode-se afirmar que, na década de 2000, apesar da redução significativa de estímulos à agropecuária (redução da taxa de câmbio real, aumento do valor real do salário-mínimo, escassez do crédito rural, diminuição da cobertura da Política de Preços Mínimos e redução de gastos públicos com a agropecuária), essa atividade expandiu, no Brasil, principalmente, em função do menor uso de área e mão-de-obra. Isso só foi possível devido ao aumento da produtividade por meio do uso de novas tecnologias e pela qualificação dos produtores rurais, contribuindo para que o país alcançasse a posição de um dos maiores produtores de alimentos do mundo (JANK et al., 2005; GASQUES et al., 2010).

Segundo Bacha (2012), para suprir a falta de crédito rural oficial, diversas ações foram realizadas pelos agropecuaristas, como: empréstimos obtidos por parte de produtores rurais junto a pessoas físicas ou firmas privadas, troca de produto agrícola com insumo, empréstimos obtidos de cooperativas ou fornecedores de insumos, e venda a termo de produtos agrícolas para comerciantes e agroindústrias, através da Cédula do Produtor Rural (CPR) e do contrato de soja verde.

Todas as alternativas, adotadas, para a continuidade do setor, agora com menos interferência do Estado foi entregue à agroindústria. Aliás, pela sua importância nos negócios agropecuários atuais, cabe um rápido enfoque sobre o mecanismo que veio complementar a concessão de crédito na atividade, a CPR.

A Cédula do Produtor Rural é um título de crédito representativo de uma quantidade de mercadorias que na data de vencimento cabe ao tomador a entrega de mercadorias agrícolas, comprometidas no título contratual que dará maiores garantias jurídicas e segurança aos negócios (KLEIN, 2013).

Na busca de garantias e segurança nos negócios, o mecanismo de CPR acaba vinculando a atividade do agricultor às firmas comerciais, industriais e financeiras numa hierarquização total de integração sistemática, sem interferência direta do Estado, porém com anuência do poder judiciário nacional.

Todos esses mecanismos, citados contemporaneamente na agropecuária, levam a atividade a um ato premeditado e intencional de integração agroindustrial.

Essas mudanças são de grande importância para os novos rumos da agricultura brasileira, pois o setor passa a depender mais do que nunca do mercado (GUIMARÃES, 1978).

As características da agropecuária agora passam para um modelo industrial capitalista, chamado de sistemas agroindustriais, adequando-se na utilização de tecnologias de alto nível, pelo desenvolvimento genético de alto desempenho de variedades vegetais e de linhagem animais mas, sobretudo, pelas novas formas de organização socioeconômica ou seja, as variadas formas de integração agroindustrial, voltadas fortemente para as exportações, com contínua geração de superávit na balança comercial brasileira.

Porém a mais expressiva e contundente forma de organização da agroindústria brasileira, atualmente, é a Cadeia de Produção Agroindustrial (CPA). O entendimento conceitual para esse modelo não está muito claro, mas a concepção é de que, o setor passa a ser visto como um conjunto de relações comerciais e financeiras num fluxo de trocas, a montante e a jusante entre fornecedores e consumidores finais que asseguram todas as articulações do sistema (BATALHA e SILVA, 2012).

Exemplos de CPA's bem caracterizada nesse modelo estão as atividades suinícolas, avícolas, leiteiras, produção de açúcar e etanol, fumicultura, sucos de laranja, pecuária bovina, feccularia de mandioca e outras.

Esse novo rumo da agropecuária produz um modelo sistêmico, no qual o todo deve ser considerado e não mais os setores, envolvidos de uma forma isolada mas gerando uma interdependência total entre as indústrias de insumos, produção agropecuária, indústrias de transformação, sistema de distribuição e consumo. Este conjunto denomina-se de Sistemas Agroindustriais (SAG's), para Zylbersztajn (2005).

Todo esse fenômeno tem contribuído para o aumento de produtividade da terra e da mão-de-obra, com aumento do uso de fertilizantes, com a forte mecanização das lavouras, com o êxodo rural, com aumento das exportações, com a manutenção da produção de monocultura de commodities e com a intensificação da integração vertical na agropecuária brasileira.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na busca de indicar, durante as várias fases da história brasileira, uma trajetória de indícios de que a agropecuária venha a adotar intensivamente a integração vertical como o modelo de modernização do setor, é que se determinou o objetivo deste estudo.

A premissa básica assenta-se no fato de que a agropecuária brasileira, em momentos importantes da história do país, sempre esteve às voltas com um modelo de integração vertical e que este modelo iria se intensificar, utilizando-se de uma interligação com o setor industrial para atender uma demanda cada vez mais exigente que levasse à redução de custos, à apropriação dos excedentes de capital, e à eliminação da mão-de-obra no campo.

O primeiro cenário, analisado, foi o período do Brasil - Colônia de Portugal, no qual a atividade era explorada na contingência de grandes áreas de terras, com a monocultura da cana-de-açúcar, com mão-de-obra escravagista, com a produção da matéria-prima até o produto final acabado (integração verticalizada) voltada para o comércio externo.

No Brasil Império, a situação basicamente não se alterou. A novidade aconteceu somente no final do século XIX, com a abolição da escravatura e com a exploração de uma nova cultura para exportação a cafeicultura.

No cenário do período do Brasil República, com o advento de grandes contingentes de imigrantes europeus, expandiram-se as áreas agricultáveis, a inclusão de novas culturas, com destaque para o algodão que impulsionou o surgimento do setor têxtil nacional. A maior novidade ficou por conta da forte intervenção agora do Estado Republicano.

No Estado Novo, do presidente Getúlio Vargas, dois acontecimentos internacionais importantes, a Grande Depressão de 1929 e a Segunda Guerra Mundial, abalaram a agropecuária nacional. A nova proteção do Estado, porém, fez surgir fortemente o setor industrial.

A agropecuária, no período da Ditadura Militar, recebeu enormes incentivos do governo. Além disso, buscou-se manter a monocultura exportadora e modernizar o setor, principalmente com fartas concessões de créditos subsidiados.

No atual período analisado, a chamada Nova República, o Estado perdeu significativamente a condição de grande protetor da agropecuária, por total falta de recursos financeiros, resolvendo desregulamentar o setor e entregando-o à indústria, que a transformou em agronegócio.

As constatações mostraram, com muita confiança que a agropecuária brasileira possuiu um círculo vicioso, demonstrado na predominância de uma atividade explorada ao longo do tempo, voltada para a monocultura, desenvolvida por latifúndios, numa produção direcionada para a exportação, com forte apoio estatal e, mais recentemente, com ligações de modelo de integração vertical com a indústria – a agroindústria.

Finalizando, com todo o esforço de não prejudicar a análise, com a busca de respostas no atendimento ao objetivo do estudo, operou-se intencionalmente com autores importantes, de ideologias diferentes e, por vezes, contraditórias, para poder afirmar que há fortes indícios, de que a agropecuária brasileira conviveu, convive e se projeta com intensidade na busca de sua modernidade, adotando um modelo de integração vertical.

REFERÊNCIAS

- BACHA, C.J. C. **Economia e Política Agrícola no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2012.
- BATALHA, M. O.; SILVA, A. L. **Gerenciamento de sistemas agroindustriais: definições, especificidades e correntes metodológicas**. Gestão Agroindustrial: GEPAI: Grupo de estudos e pesquisas agroindustriais/Coordenador Mário Otávio Batalha. São Paulo: Atlas, 2012.
- BARROS DE CASTRO, A. **Sete ensaios sobre a economia brasileira**. Rio de Janeiro: Forense, 1969.
- BELIK, W. Perspectivas para segurança alimentar e nutricional no Brasil. **Saúde e Sociedade** v.12, n.1, p.12-20, jan-jun 2003.
- BIALOSKORSKI NETO, S. **Agronegócio cooperativo**. Gestão Agroindustrial: GEPAI: Grupo de estudos e pesquisas agroindustriais/Coordenador Mário Otávio Batalha. São Paulo: Atlas, 2012.
- FARINA, E. M. M. Q. **Abordagem Sistêmica dos negócios agroindustriais e a economia de custos de transação**. São Paulo: Singular, 1997.
- FAVARETO, A. S. La nueva ruralidad brasileña: lo que cambió (y lo que no cambió) em el ámbito rural. **Revista Nueva Sociedad** nº 223, septiembre-octubre de 2009. p. 146-163
- GASQUES, J. G.; BASTOS, E. T.; BACCHI, M. R. P.; VALDES, C. Produtividade total dos fatores e transformações da agricultura brasileira: análise dos dados dos censos agropecuários. In. GASQUES, J. G.; VIEIRA FILHO, J. E. R.; NAVARRO, Z. (Org). **A agricultura brasileira: desempenho, desafios e perspectivas**. Brasília: IPEA, 2010.
- GOODMAN, D. E.; SORJ, B.; WILKINSON, J. Agroindústria, políticas públicas e estruturas sociais rurais: análises recentes sobre a agricultura brasileira. **Revista de Economia Política**/Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – vol. 5, n. 4 Rio de Janeiro: UFRRJ, 1985.
- GUIMARAES, A. P. **A crise agrária**. São Paulo: Paz e Terra, 1978.

ILHA, P. C. S. A história do pensamento cooperativo e o caso do posicionamento da Copagrill, constituída na colonização da microrregião do Oeste do Paraná. **Ciências Sociais Aplicadas em Revista/Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Campus de Marechal Cândido Rondon, Centro de Ciências Sociais Aplicadas.** – v. 5, n. 8 Cascavel, Pr: Edunioeste, 2005.

JANK, M. S.; NASSAR, A. M.; TACHINARDI, M. T. Agronegócio e comércio exterior. **Revista USP**, São Paulo, n. 64, p. 14-27, 2005.

KAGEYAMA, A. **Desenvolvimento rural: conceitos e aplicação ao caso brasileiro.** Porto Alegre: UFRGS, 2008.

_____. O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: Guilherme C. Delgado (Org.). **Agricultura e Políticas Públicas.** Brasília/DF: IPEA, 1990, v. 1, p. 113-223.

KLEIN, A. P. **Títulos de Crédito: teoria e prática; cédula do produtor rural.** São Paulo: Cronus, 2013.

NEVES M. F.; CONEJERO, M. A. **Cenário Econômico da produção de alimentos, fibras e bioenergia.** Agronegócio e desenvolvimento sustentável: uma agenda para a liderança mundial na produção de alimentos e bioenergia/Coordenador Marcos Fava Neves. São Paulo: Atlas, 2007.

PAIVA, R. M. **Setor agrícola do Brasil: comportamento econômico, problemas e possibilidades.** Rio de Janeiro: Florense-Universitária, 1976.

PEREIRA, P. A. A.; MARTHA JUNIOR, G. B.; SANTANA, C. A. M.; ALVES, E. The development of Brazilian agriculture, future technological challenges and opportunities. In: MARTHA JUNIOR, G. B.; FERREIRA FILHO, J. B. de (Ed.) **Brazilian agriculture development and changes.** Brasília, DF: Embrapa, p. 13-42, 2012.

PRADO JÚNIOR, C. **Formação do Brasil contemporâneo.** São Paulo: Brasiliense, 1996.

SZMRECSÁNYI, T. J. M. K. **Pequena história da agricultura brasileira.** São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. RAMOS, P. O Papel das Políticas Governamentais na Modernização da Agricultura Brasileira. **História & Perspectivas**, n.10, p. 59-79, 1994.

ZYLBERSZTAJN, D. **Conceitos gerais, evolução e apresentação do sistema agroindustrial.** Economia e Gestão dos Negócios Agroalimentares: Organizadores Décio Zylbersztajn e Marcos Fava Neves. São Paulo: Pioneira, 2005.

¹ Doutor e Mestre em Desenvolvimento Regional e Agronegócio pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE/Toledo. Especialista em Administração de Cooperativas. Especialista em Marketing. Administrador de Empresas. Tecnólogo em Cooperativismo. Atualmente é professor e coordenador do curso de Administração do ISEPE/Marechal Cândido Rondon – PR. E-mail: paulocesarilha@yahoo.com.br

² Doutoranda e Mestre em Desenvolvimento Regional e Agronegócio pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE/Toledo. Economista pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE/Cascavel. Atualmente é Coordenadora Pedagógica da Faculdade de Ciências Aplicadas de Cascavel – FACIAP. E-mail: daliane.rahmeier@gmail.com

³ Professor Associado da Unioeste-PR, dos Programas de Pós Graduação: PGDR e PPGA. Doutor em Economia Aplicada pela UFV (2002). Pós Doutor em Administração pela UFPE (2009). Grupo de Pesquisa em Sustentabilidade no Agronegócio-GPSA. E-mail: elleismann@gmail.com